

PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ENSINO DE GRAMÁTICA: DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Mariana Leonora Gonçalves Dias ¹

Rafael Sales Resende Salgado ²

Rebeca Colem Bastos de Quental ³

Aline Amaral de Andrade ⁴

Poliana Rufino Cardoso de Oliveira ⁵

RESUMO

O ensino de gramática é um dos alicerces do ensino de Língua Portuguesa no Brasil. Contudo, muitos profissionais da educação ainda fundamentam o ensino da língua em um padrão normativo e tradicional, pautado em uma lógica de “certo ou errado”, ocasionando o oferecimento de um ensino descontextualizado da realidade dos estudantes e contribuindo para o fracasso escolar das classes sociais desfavorecidas. A partir dessa informação, o presente artigo tem por objetivo apresentar os dados encontrados pelos estudantes de Letras-Português da Universidade do Distrito Federal (UnDF) acerca das perspectivas dos professores que atuam na Educação Básica sobre a função da disciplina de Língua Portuguesa e do ensino de gramática. A metodologia consiste em entrevistar um docente formado em Letras-Português ou Pedagogia que exerce esse cargo no ensino básico, mediante um questionário composto por oito perguntas, e apresentar as percepções deles a respeito do papel do componente curricular de língua portuguesa e da gramática na Educação Básica. Justifica-se o trabalho em Travaglia (2021), Soares (2017) e Santos *et al* (2021). Entre os resultados obtidos estão o reconhecimento das variedades linguísticas como um componente importante no ensino da língua materna, o relato dos principais métodos utilizados no ensino da língua, a avaliação destes professores em relação à competência linguística de seus estudantes e o ponto de vista destes educadores em relação à gramática normativa. Fundamentando-se nessas informações, percebe-se que a perspectiva de um ensino tradicional e descontextualizado está sendo alterado na Educação Básica, visto que a linguagem deve ser apropriada conforme o contexto em que está sendo utilizada, então o dialeto próprio do meio social do discente não deve ser desvalorizado ou classificado como errado. Portanto, constata-se que os profissionais de educação estão voltados a um ensino que combata o preconceito linguístico, porém sem desconsiderar a relevância da língua culta no contexto educativo.

Palavras-chave: Ensino de Gramática, Norma Padrão, Língua Portuguesa, Preconceito Linguístico, Educação Básica.

¹Graduanda do Curso de Letras-Português da Universidade do Distrito Federal - UnDF, mariana.dias@undf.edu.br;

²Graduando pelo Curso de Letras-Português da Universidade do Distrito Federal - UnDF, rafael.salgado@undf.edu.br;

³Graduanda do Curso de Letras-Português da Universidade do Distrito Federal - UnDF, rebeca.quental@undf.edu.br;

⁴Graduanda pelo Curso de Letras-Português da Universidade do Distrito Federal - UnDF, aline.andrae@undf.edu.br;

⁵ Professor orientador: Mestrado em Letras, Universidade do Distrito Federal - UnDF, poliana.oliveira@undf.edu.br.



1 INTRODUÇÃO

O ensino de gramática é um dos alicerces do ensino de Língua Portuguesa do Brasil. Segundo Travaglia (2021), existem três maneiras de se explicar o sentido da gramática na aplicabilidade no ensino. A primeira concepção é a gramática como um manual que defende somente o uso da norma-padrão e/ou culta pelos falantes, desprezando as outras variedades linguísticas que não se encaixam nesse padrão, classificando-as como desvios, erros e deformações da língua. Além disso, ela se baseia na escrita dos grandes escritores brasileiros e ignora as características da língua oral, consequentemente, fundamentando o preconceito linguístico, visto que ela justifica suas ideias a partir da estética, do purismo, do prestígio social e da tradição. A segunda concepção diz respeito à gramática descritiva, que é a análise e descrição da estrutura e funcionamento da língua em seu uso real, permitindo a percepção das regras de uso utilizadas pelos falantes e a separação dos enunciados gramaticais daqueles considerados agramaticais. A terceira concepção é referente a gramática internalizada, que é um conjunto de regras implícitas que estão guardadas na mente dos falantes, sendo acessadas de forma inconsciente. Essas normas são adquiridas de maneira espontânea, não sendo possível associá-las às normas sociais ou classificar enunciados como adequado ou inadequado conforme os padrões normativos. Ademais, essa gramática está relacionada à competência gramatical, à competência textual e à competência discursiva do falante, permitindo-lhe construir infinitos enunciados e julgar a sua gramaticalidade no sentido descritivo.

Contudo, apesar dessas possibilidades de uso da gramática, muitos profissionais da educação fundamentam o ensino da língua em um padrão normativo e tradicional, pautado em uma lógica de “certo ou errado”, ocasionando o oferecimento de um ensino descontextualizado da realidade do estudante e contribuindo para o fracasso escolar das classes sociais desfavorecidas. Isso é perceptível nos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2022, visto que o Brasil obteve o desempenho médio de 410 pontos em leitura e cerca de 50 % dos estudantes tiveram baixo desempenho nesta competência (abaixo do nível 2), apenas 2% dos estudantes conseguiram alcançar alto desempenho em leitura (nível 5 ou superior) (Brasil, 2023). Em relação ao desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2023, apesar de o país ter conseguido seis pontos nos Anos Iniciais (do 1º ao 5º ano), os Anos Finais (5,0 pontos) e o





Ensino Médio (4,3 pontos) ficaram abaixo das metas para essas etapas, que era de 5,5 e 5,2 pontos, respectivamente (Brasil, 2024). Além disso, um dos maiores desafios para a promoção da educação no Brasil é o combate à evasão escolar. Por outro lado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2024, houve avanços educacionais, entre eles está o aumento da porcentagem de pessoas que concluíram a educação básica obrigatória, correspondendo a 56,0%, sendo o maior percentual da série histórica que se iniciou em 2016 (46,2%). Contudo, apesar dessa vitória, cerca de 8,7 milhões de jovens entre 14 e 29 anos não concluíram o ensino médio, seja por ter abandonado a escola sem concluir essa etapa do ensino ou por nunca terem frequentado a escola. Entre os motivos, destaca-se a necessidade de trabalhar (42,0 %) e o desinteresse em estudar (25,1%) (Brasil, 2025).

A partir dessas informações, o presente artigo tem por objetivo apresentar os dados encontrados pelos estudantes de Letras-Português da Universidade do Distrito Federal (UnDF) acerca das perspectivas dos professores que atuam na Educação Básica sobre a função da disciplina de Língua Portuguesa e do ensino de gramática. A metodologia consistiu em entrevistar um docente formado em Letras-Português ou Pedagogia que exerce esse cargo no ensino básico, mediante um questionário composto por oito perguntas, e apresentar as percepções dele a respeito do papel do componente curricular de língua portuguesa e da gramática na Educação Básica. Justifica-se o trabalho em Travaglia (2021), Soares (2017) e Santos *et al* (2021). Entre os resultados obtidos estão o reconhecimento das variedades linguísticas como um aspecto importante no ensino da língua materna, o relato dos principais métodos utilizados no ensino da língua, a avaliação desses professores em relação à competência linguística de seus estudantes e o ponto de vista dos educadores em relação à gramática normativa. Fundamentando-se nessas informações, percebe-se que a perspectiva de um ensino tradicional e descontextualizado está sendo alterada na Educação Básica, visto que os professores entrevistados, em sua maioria, reconhecem que a linguagem deve ser apropriada conforme o contexto em que está sendo utilizada e que o dialeto próprio do meio social do discente não deve ser desvalorizado ou classificado como errado. Portanto, constata-se que os profissionais de educação estão voltados a um ensino que combata o preconceito linguístico, porém sem desconsiderar a relevância da língua culta no contexto educativo.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho constitui-se em um relato e análise das entrevistas realizadas no âmbito da unidade curricular de Habilidades Práticas de Letras - Ensino de Gramática, do 2º





semestre do curso de Letras-Português da UnDF, em abril de 2025. A pesquisa teve como objetivo compreender as concepções de professores da Educação Básica sobre o ensino da Língua Portuguesa, com destaque para o papel da gramática e para a presença das variedades linguísticas no ambiente escolar, em diálogo com as reflexões teóricas de Travaglia (2021).

A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma compreensão mais aprofundada das percepções e experiências dos docentes, valorizando seus discursos e práticas pedagógicas. A natureza descritiva do estudo justifica-se pelo interesse em apresentar e analisar as respostas coletadas, sem a intenção de quantificar resultados, mas de interpretar os sentidos e tendências presentes nas falas dos entrevistados.

2.1 PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa quatro professores da Educação Básica atuantes no Ensino Fundamental e/ou no Ensino Médio. Cada aluno da turma foi responsável por entrevistar um(a) professor(a), resultando em um conjunto diversificado de relatos que representam diferentes contextos escolares.

Os docentes foram selecionados de forma intencional, considerando sua disponibilidade para colaborar com a atividade e sua experiência direta com o ensino de Língua Portuguesa. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e consentiram de forma voluntária com a participação, garantindo-se o anonimato e o sigilo das informações compartilhadas.

2.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi uma entrevista semiestruturada, composta por oito perguntas abertas elaboradas coletivamente pelos estudantes, com base nas discussões teóricas realizadas em sala e nas ideias de Travaglia (2021) sobre o ensino da gramática e o preconceito linguístico. As perguntas buscaram compreender:

- A importância do ensino da Língua Portuguesa para a formação dos estudantes;
- Os conteúdos que devem ser priorizados nas aulas de português (como leitura, escrita, gêneros textuais, literatura e gramática);
- Os critérios de escolha dos conteúdos (livro didático, BNCC, Currículo em Movimento, entre outros);
- As estratégias de ensino consideradas mais eficazes;



- O papel da gramática normativa;
- A relevância das variedades linguísticas;
- A avaliação da competência linguística dos estudantes;
- E as possíveis ações que poderiam contribuir para melhorar os níveis de leitura e escrita no país, à luz dos resultados do PISA (2022) e do SAEB (2023).

Essas questões possibilitaram compreender as concepções e práticas de professores de diferentes realidades escolares, permitindo identificar tanto visões tradicionais quanto abordagens mais reflexivas e contextualizadas do ensino de língua materna.

2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

As entrevistas foram realizadas individualmente por cada estudante, de forma presencial ou virtual (via Google Meet, Google Formulário, WhatsApp ou videoconferência), dependendo da disponibilidade do(a) professor(a) entrevistado(a). O tempo médio de cada entrevista foi de aproximadamente 30 minutos.

Os estudantes registraram as respostas por escrito, garantindo a fidelidade das falas e respeitando o tom pessoal de cada depoimento. Em seguida, as respostas foram organizadas e sistematizadas coletivamente, permitindo uma análise comparativa das percepções dos diferentes docentes.

Durante o processo, os alunos mantiveram o compromisso de preservar a integridade das respostas e o caráter ético da pesquisa, evitando julgamentos ou interpretações fora de contexto. O enfoque manteve-se na compreensão das percepções docentes, não em sua avaliação individual.

2.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise dos dados foi de caráter qualitativo e interpretativo, fundamentada na leitura e categorização temática das respostas. Após a coleta, os estudantes agruparam as falas dos professores de acordo com temas recorrentes, como:

- Concepções sobre o ensino da Língua Portuguesa;
- Papel da gramática e das variedades linguísticas;
- Estratégias e desafios do ensino de língua materna;
- Percepções sobre a competência linguística dos alunos;
- Sugestões para aprimorar a leitura e a escrita nas escolas.





Essa categorização permitiu identificar padrões discursivos, convergências e divergências entre as falas dos professores, bem como observar como suas concepções dialogam com as reflexões de Travaglia (2021) sobre o ensino da gramática e o combate ao preconceito linguístico, de Soares (2017) que destaca a importância de um ensino de língua pautado na reflexão e na prática social, e de Santos *et al* (2021) que refletem acerca da relevância da leitura em sala de aula.

A análise final foi construída de forma coletiva, durante as aulas, com a mediação da professora responsável pela disciplina. Esse processo favoreceu a reflexão crítica dos estudantes sobre o papel do professor de Língua Portuguesa e sobre a importância de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade linguística e promovam a cidadania.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme as perguntas realizadas, é possível analisar os resultados das entrevistas da perspectiva dos professores a respeito dos tópicos de discussão apresentados. Nesse tópico de Resultados estão apresentados os resultados de acordo com os procedimentos de análise propostos no tópico 2.4.

3.1 CONCEPÇÕES SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Os professores entrevistados afirmaram que o ensino de língua portuguesa se faz fundamental, justificando as suas respostas a partir de suas vivências em sala de aula. Os motivos variam entre: o aprendizado de língua portuguesa como mecanismo de ascensão social, o domínio da língua como base para o aprendizado em múltiplas áreas do conhecimento, a promoção da reflexão crítica acerca do aprendizado da língua portuguesa e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a vida profissional e pessoal. Ademais, essa percepção em relação ao ensino da língua materna assemelha-se ao que foi proposto por Soares (2017), visto que adquirir conhecimento da língua garante ao discente, especialmente aos que pertencem às classes desvalorizadas, mecanismos para o enfrentamento das diversas desigualdades presentes na sociedade.

Assim, o que a escola comprometida com a luta contra as desigualdades pode fazer é vitalizar e direcionar adequadamente as forças progressistas nela presentes e garantir às camadas populares a aquisição dos conhecimentos e habilidades que as instrumentalizem para a participação no processo de transformação social. Uma escola transformadora é, pois, uma escola consciente de seu papel político na luta contra as desigualdades sociais e econômicas, e que, por isso, assume a função de





proporcionar às camadas populares, através de um ensino eficiente, os instrumentos que lhes permitam conquistar mais amplas condições de participação cultural e política e de reivindicação social (Soares, 2017, p.35).

A partir dessas informações, constata-se que o ensino da gramática em sala de aula é de suma importância para que os alunos conheçam as normas que regem a parte escrita da língua portuguesa, visto que ela é um elemento extremamente valorizado na sociedade atual. Entretanto, não se deve desconsiderar os demais elementos da fala, uma vez que, se deixados de lado, o fator cultural também é esquecido ou estigmatizado. Portanto, pode-se considerar a fala dos entrevistados sobre o equilíbrio entre a norma e o uso diário da língua como viável e favorável ao fator social, porquanto essa maneira de ensinar fornecerá aos indivíduos o acesso à educação em seu sentido mais amplo, que é direito fundamental.

Mais uma vez, o que se afirma, aqui, é que cabe à escola dar a vivência plena da língua materna. Todas as modalidades têm que ser “valorizadas” (falada e escrita, padrão e não padrão), o que, em última análise significa que todas as práticas discursivas devem ter o seu lugar na escola. E mais uma vez se afirma, por outro lado, que à escola, particularmente, cabe o papel de oferecer ao usuário da língua materna, o que, fora dela, ele não tem: o bom exercício da língua escrita e da norma-padrão (Neves, 2011.p. 94).

3.2 PAPEL DA GRAMÁTICA E DAS VARIEDADES LINGUÍSTICAS

Os professores possuem o consenso de que o ensino da gramática normativa é necessário na Educação Básica, além do fato de que ela deve ser ensinada a partir de uma perspectiva crítica e contextualizada. Além disso, na concepção dos docentes, o ensino normativo da língua baseado na memorização de regras, sem contexto ou reflexão, é ineficaz, visto que ele precisa ser fundamentado em circunstâncias reais e com objetivos claros. Dessa forma, garantindo aos discentes: a promoção da análise crítica sobre o mundo ao seu redor e a função da gramática na sociedade, o auxílio na conclusão de objetivos futuros como vestibular, PAS e/ou ENEM, a melhoria da percepção de mundo e a comunicação tanto verbal quanto escrita.

Em relação às variedades linguísticas, os educadores evidenciaram a importância do ensino das variantes linguísticas como meio de navegação entre as diferentes esferas da sociedade, além de ser um método de combater os preconceitos linguísticos. Eles enfatizam que não existe variante superior, mas sim variantes diferentes que exercem funções sociais distintas. Essa noção acerca das múltiplas formas linguísticas se assemelha às afirmações de Travaglia (2021), pois ambas reconhecem que a diversidade linguística é algo natural e





necessário na sociedade, visto que a língua é um elemento complexo e plural, sendo moldada conforme a necessidade do falante.

Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

Todos sabem que existe um grande número de variedades linguísticas, mas, ao mesmo tempo que se reconhece a variação linguística como um fato, observa-se que a nossa sociedade tem uma longa tradição em considerar a variação numa escala valorativa, às vezes até moral, que leva a tachar os usos característicos de cada variedade como certos ou errados, aceitáveis ou inaceitáveis, pitorescos, cômicos etc. Todavia, se se acredita que em diferentes tipos de situação tem-se ou deve-se usar a língua de modos variados, não há por que, ao realizar as atividades de ensino/aprendizagem da língua materna, insistir no trabalho apenas com uma das variedades, a norma culta, discutindo apenas suas características e buscando apenas o seu domínio em detrimento das outras formas de uso da língua que podem ser mais adequadas a determinadas situações. Não cabe o argumento de trabalhar apenas com a norma culta porque o aluno já domina as demais: isso não é verdade, uma vez que o aluno, quando chega à escola, pode dominar bem uma ou duas variedades e alguns elementos de várias, mas sempre tem muito que aprender de diversas variedades, inclusive das que domina (Travaglia, 2021. p.50).

Portanto, assim como exposto ao fim do tópico 3.1, do presente artigo, é indubitável que o ensino da gramática normativa em conjunto com as demais variedades da língua é indispensável. Conforme a percepção de Bagno (1999), “falar da língua é falar de política” (p. 67), nota-se que o ato de falar é defender a própria variação linguística, além de aprender as demais variações da língua é se tornar um cidadão com autonomia linguística, sendo capaz de defender a si mesmo, de conseguir se “camuflar” entre certos grupos sociais e, de certa forma, utilizar uma das variantes que compõem o vasto campo linguístico do país.

3.3 ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Os professores entrevistados afirmaram que o ensino da língua materna exige estratégias variadas devido à dificuldade de sustentar o interesse dos alunos. As estratégias são múltiplas, variam de letras de músicas até avaliações diagnósticas durante certos períodos do ano letivo. Também é enfatizado o uso da interpretação de mundo e da escrita como fortes ferramentas para o ensino da língua materna.

Em relação a perspectiva das dificuldades é evidenciado que a falta de interesse dos estudantes é constante, além de que a utilização das redes sociais agrava ainda mais o desinteresse dos estudantes, sendo um dos principais motivos para o afastamento dos alunos da leitura e da escrita. A percepção dos entrevistados está representada na pesquisa sobre o índice de leitores no Brasil, em razão de que

Pela primeira vez, a proporção de não-leitores, que chega a 53%, supera a de leitores, que é de 47% no País. 53% da população afirmou não ter lido nenhum livro, seja impresso ou digital, nos três meses anteriores à Sexta edição da pesquisa





Retratos da Leitura no Brasil do Instituto Pró-Livro. A perda foi de quase 7 milhões de leitores nos últimos quatro anos. O cenário é ainda mais preocupante quando se observa a leitura de livros inteiros: 73% dos brasileiros, 148 milhões, não completaram nenhuma leitura. Essa perda de consumidores de livros é registrada em todas as faixas etárias, classes sociais e níveis de escolaridade, com exceção das crianças de 11 a 13 anos e das pessoas com 70 anos ou mais (Brasil, 2024).

Segundo Freire (1981), “a leitura de mundo precede a leitura da palavra” (p.9), e posteriormente a leitura inicial de mundo, a linguagem e a realidade coexistem em uma mesma realidade. Portanto, estigmatizar as tecnologias, principalmente pelo apontamento de que é por causa das redes sociais que os alunos não sentem mais interesse em ler, e não instruí-los positivamente sobre o uso consciente das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), é, de certa forma, ignorar que a Internet é um novo mundo e, por isso, deve haver uma leitura crítica dentro do meio digital, para que os discentes se tornem pessoas bem instruídas e saibam como utilizar a tecnologia de maneira consciente, seja para leituras digitais ou ensino em geral.

Eis, então, a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. –, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários (Brasil, 2018.p. 69).

3.4 PERCEPÇÃO SOBRE A COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA DOS ALUNOS

Para os docentes entrevistados, é evidente que existe uma queda acentuada nas competências linguísticas formais dos alunos, sendo que entre os principais fatores dessa diminuição está o uso das redes sociais e a escassez do hábito de leitura. Ademais, eles afirmam que muitos estudantes são bons comunicadores informais ou possuem potencial elevado para desenvolver capacidades linguísticas, porém eles não aprimoram as competências formais devido à falta de prática, tanto de leitura quanto de escrita. Isso é perceptível nos resultados do PISA (2022), visto que

Cerca de 50% dos estudantes no Brasil atingiram o Nível 2 ou superior em leitura (média da OCDE: 74%). No mínimo, esses estudantes podem identificar a ideia principal em um texto de extensão moderada, encontrar informações com base em critérios explícitos, embora às vezes complexos, e podem refletir sobre a finalidade e a forma dos textos quando explicitamente orientados a fazê-lo. A parcela de estudantes na faixa etária dos 15 anos de idade que atingiram níveis mínimos de proficiência em leitura (Nível 2 ou superior) variou de 89% em Singapura a 8% no Camboja (Brasil, 2022. p. 9).

Analisando o ponto de vista dos docentes e o resultado do PISA (2022), faz-se favorável repensar as estratégias pedagógicas, para que elas não se limitem a somente





valorizar a diversidade linguística, mas que também incluíam as conexões entre a linguagem cotidiana e as exigências escolares. Enfatizando, além da leitura e da escrita, as diferentes formas de linguagem, buscando a participação dos estudantes e auxiliando os discentes que sabem se comunicar a desenvolverem ainda mais essas habilidades linguísticas.

3.5 SUGESTÕES PARA APRIMORAR A LEITURA E A ESCRITA NAS ESCOLAS

Os professores trouxeram sugestões para aprimorar a leitura e a escrita. Eles recomendam a criação de um tempo para exercer essas funções dentro de sala de aula com o objetivo de que elas sejam objetos constantes no cotidiano escolar. Além disso, enfatizam a formação continuada da docência, buscando mais formas de se profissionalizar e de se obter ferramentas, com o intuito de alcançar os alunos de formas variadas, seja através da comunicação ou do aprimoramento de seus conhecimentos teóricos. De acordo com Santos *et al* (2021):

O professor deve procurar oferecer ao aluno os mais variados textos, a fim de que ele tenha contato com discursos de características e registros de linguagem diversos. No entanto, como a compreensão é tanto mais facilitada quanto mais denotativa for a linguagem, cremos que cabe ao trabalho com o livro de literatura infantil e juvenil, na escola, um papel fundamental e privilegiado na formação de leitores proficientes, em função do caráter específico de sua estrutura, por sua linguagem (Santos *et al*, 2021. p.3).

Portanto, faz-se necessário apresentar leituras que despertem o interesse dos jovens, de modo que se sintam engajados com a literatura. Nesse sentido, é importante oferecer, inicialmente, títulos que valorizem esse aspecto, por meio de rodas dialógicas, oficinas criativas, clubes do livro ou concursos escolares, estabelecendo uma correlação entre o uso das TDICs e as práticas de leitura e escrita. Dessa forma, ao misturar tecnologia com o ensino da literatura, cria-se um ambiente atrativo para os estudantes e proporciona-se um projeto dinâmico para que os docentes consigam instruir com segurança sobre o uso correto das ferramentas digitais para auxiliar as atividades de leitura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve por objetivo apresentar os dados encontrados pelos estudantes de Letras-Português da Universidade do Distrito Federal (UnDF) acerca das perspectivas dos docentes atuantes na Educação Básica sobre a função da disciplina de Língua Portuguesa e do ensino de gramática. Para isso, os licenciandos entrevistaram professores formados em Pedagogia ou Letras-Português por meio de um questionário composto por oito perguntas e





apresentaram as percepções dele a respeito do papel do componente curricular de língua portuguesa e da gramática na Educação Básica. A partir dos resultados encontrados no desenvolvimento da pesquisa, pode-se afirmar que o objetivo indicado foi alcançado.

Dentre os principais resultados, destaca-se o reconhecimento da importância do ensino de língua portuguesa na Educação Básica, pois ela permite que o discente alcance o conhecimento em diversas áreas do conhecimento, além de ser um mecanismo para luta contra as desigualdades sociais presentes na sociedade. A relevância do ensino da gramática de maneira contextualizada e crítica, além da legitimação das variedades linguísticas, visto que ambas devem ser ensinadas na sala de aula, visto que estimula a autonomia do falante. O papel das redes sociais em relação ao desinteresse e a diminuição da competência comunicativa dos alunos em sala de aula, necessitando que os docentes desenvolvam estratégias pedagógicas em consonância com as TDICs. Ademais, os professores sugeriram alguns métodos para o aprimoramento da leitura e da escrita.

Fundamentando-se nesses resultados, percebe-se que eles contribuem para a compreensão das práticas de ensino de língua portuguesa e do uso social da linguagem, visto que o preconceito linguístico e o ensino da gramática ainda são pauta de discussões no meio acadêmico. Portanto, esses dados evidenciam a evolução da conscientização dos professores da Educação Básica acerca das variedades linguísticas para a promoção de um ensino contextualizado e crítico, principalmente por meio do planejamento de estratégias para estimular habilidades como a leitura e a escrita. Contudo, também revela o surgimento de novas necessidades no ambiente educacional, visto que as redes sociais e outras mídias digitais contribuem para a falta de interesse e para a diminuição da competência linguística dos estudantes. Logo, os desafios em relação ao preconceito linguístico e o ensino de gramática requerem mais estudos e formações continuadas no meio universitário voltadas para área de tecnologia, com o intuito de analisar a sua influência nos dois aspectos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **PISA**: Divulgados os resultados do Pisa 2022: Programa avalia conhecimento e habilidades de estudantes de 15 anos, em matemática, leitura e ciências. Médias brasileiras não tiveram alterações significativas em relação a 2018. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/acoes-internacionais/divulgados-os-resultados-do-pisa-2022>. Acesso em 21 set. 2025.





BRASIL. Ministério da Educação. Educação Básica: **Ideb**: Brasil avança nos anos iniciais do ensino fundamental: Etapa de ensino do 1º ao 5º ano, alcançou 6 pontos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2023. MEC investe em programas como Pé-de-Meia e Escola em Tempo Integral para enfrentar desafios nos anos finais e no ensino médio. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/ideb-brasil-avanca-nos-anos-iniciais-do-ensino-fundamental#:~:text=A%20previs%C3%A3o%20C3%A9%20atender%20quase,nessa%20etapa%20de%20ensino>. Acesso em 21 set. 2025.

BRASIL. Rádio Senado. **Pesquisa aponta que mais da metade dos brasileiros não lê livros**. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/11/29/pesquisa-aponta-que-mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-le-livros>. Acesso em: 17 de out. de 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). **PNAD Contínua**: Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. Brasília, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>. Acesso em 21 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Notas sobre o Brasil no Pisa 2022**. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. 49 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SANTOS, Ronielle Batista Oliveira et al. A importância da leitura na sala de aula. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e33510414129-e33510414129, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/14129>. Acesso em: 17 de out. 2025.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017. Livro digital. (1 recurso online (0 p.)), il. ISBN 9786555411959. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555411959>. Acesso em: 15 out. 2025.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

